



Dia da Consciência Negra

*Um marco na luta
contra o preconceito e
a discriminação racial*

Em 20 de novembro comemorou-se o Dia da Consciência Negra no Brasil. Essa data foi escolhida por ter sido o dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695, tornando-se um marco na luta contra o preconceito e a discriminação racial. A data é considerada mais significativa para a comunidade negra brasileira do que o 13 de maio, utilizado pelas elites para ocultar a luta dos negros e enaltecer o papel da princesa Isabel na abolição.

Em todo o país, militantes do movimento negro e de outras organizações sociais engajadas na luta pela igualdade racial promovem passeatas, simpósios, palestras, congressos, feiras de livros e artesanatos. O dia é celebrado, também, por meio de variadas formas de expressão cultural, como festivais de poesias e músicas afro, ou mesmo churrascos e rodas de samba. Os adeptos das diferentes religiões manifestam-se segundo suas crenças.

Em 20 de novembro de 1971 o Dia da Consciência Negra foi celebrado pela primeira vez, por iniciativa de ativistas do Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul. Sete anos depois, o movimento negro incorporou a data como celebração nacional. Outro marco importante na luta contra o preconceito e a discriminação racial foi a Constituição de 1988, a partir da qual os debates em torno do tema adquiriram maior visibilidade pública.

Em 2003, a lei 10.639 estabeleceu a data como parte do calendário escolar brasileiro. Hoje, em 275 municípios do Brasil já foram aprovadas leis tornando o 20 de novembro feriado. A Lei 10.639 também alterou a Lei nº 9.394, de 1996, incluindo no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Neste início de século, não restam dúvidas sobre a consolidação do movimento negro no cenário das lutas sociais brasileiras. O combate ao racismo chegou ao século XXI de modo bastante forte e atuante, demonstrando centralidade e importância com relação ao conjunto dos movimentos sociais.

O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO

Estudos do Dieese demonstram que os negros são maioria entre as famílias de menor renda, têm menos estudos em comparação com a população não-negra e lideram as estatísticas de mortalidade por assassinato. No mercado de trabalho, essa segregação se expressa através dos indicadores desfavoráveis de emprego, rendimento e qualidade da ocupação.

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Diee-

se (2006) evidenciam as dificuldades de inserção profissional enfrentadas pelos negros. A proporção de negros na População Econômica Ativa (PEA) é de 46,6%, enquanto no contingente de desempregados corresponde a mais da metade (55,3%). Independentemente do peso da população negra no conjunto da população, repete-se um mesmo padrão de inserção, sendo que a proporção de negros entre os desempregados é sempre superior à porcentagem de negros entre os ocupados.

Mais de um terço dos trabalhadores negros encontra-se em situação vulnerável de ocupação. Geralmente, são assalariados sem carteira assinada, autônomos, trabalhadores familiares não-remunerados ou empregados domésticos. Os negros são submetidos a jornadas de trabalho mais extensas e recebem menos do que os não-negros. A situação das mulheres negras é ainda pior, pois o rendimento das mesmas nunca é superior a 57% do obtido por homens não-negros, que estão no topo dos ganhos de trabalho.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NA CATEGORIA BANCÁRIA

Ao longo das últimas décadas o movimento sindical bancário incluiu na sua prática cotidiana o combate ao preconceito e à discriminação racial. Em 2001, o Dieese realizou uma pesquisa intitulada "**Os Rostos dos Bancários: Mapa de Gênero e Raça do Setor Bancário Brasileiro**". Os resultados foram estarrecedores, demonstrando o preconceito de raça e de gênero num dos setores mais modernos e dinâmicos da economia.

Embora as mulheres representem quase a metade da categoria bancária e sejam mais escolarizadas que os homens, elas não têm as mesmas oportunidades de ascensão profissional. Os postos de comando nos bancos, em geral, estão fechados às mu-

lheres. E elas ganham menos que seus colegas do sexo masculino.

A situação é ainda mais grave com relação aos negros. Em São Paulo, os negros representam 30% do mercado de trabalho global. No entanto, eles ocupam apenas 12,7% da mão-de-obra empregada nos bancos, atuando nas funções mais desqualificadas e recebendo os piores salários.

Com base nessa pesquisa, o Ministério Público do Trabalho procurou os bancos para que fosse firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), garantindo prazos e metas para eliminar as desigualdades, mas não houve concordância por parte dos bancos. O MPT entrou, então, na Justiça contra os bancos Itaú, Bradesco, ABN, Uni-

banco e HSBC por discriminação coletiva.

A ação foi perdida em primeira instância, porém o movimento negro conseguiu uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados, em meados de 2005.

A audiência rendeu reuniões permanentes que perduram até hoje, entre o MPT e Febraban, com participação da Contraf-CUT. Nessas reuniões a discussão foi ampliada para outros segmentos discriminados pelos bancos. Surgiu, então, a proposta de construção de um Mapa da Diversidade, que vai verificar a situação real dos bancários com relação à cor, sexo, idade, promoção, entre outros. A pesquisa começará nos próximos meses.



Com a vida entre os dentes chegamos.
Viemos cantar...
Estamos chegando
do chão dos Quilombos,
do som dos tambores,
dos novos Palmares
só somos, viemos lutar.

Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra